



INFORMATIVO SEMANAL

**EDIÇÃO DO DIA 13/01/2016 – QUARTA-FEIRA
ITAJAÍ-SC (40/2016)**

Qual a data máxima para entrega das declarações à RFB, sem incidência de multa no mês de janeiro/2016?

Data de Apresentação	Declarações, Demonstrativos e Documentos De Interesse Principal - Pessoas Jurídicas	Período de Apuração
7	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	dezembro/2015
15	EFD-Contribuições - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita. - (Consulte a Instrução Normativa no 1.252, de 1o de março de 2012).	novembro/2015
20	PGDAS-D – Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional	dezembro/2015
22	DCTF Mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – Mensal	novembro/2015
29	DIPI – TIPI 33 – produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria	Nov e dez de 2015
29	Opção pelo Simples Nacional e Opção pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais – SIMEI –Microempreendedor Individual (MEI)	
29	GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social - competência 13º Salário	1º/Janeiro/2015 a 31/Dezembro/2015
	De Interesse Principal das Pessoas Físicas	
7	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	dezembro/2015
29	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informação à Previdência Social - competência 13	1º/Janeiro/2015 a 31/Dezembro/2015
29	DOI – Declaração sobre Operações Imobiliárias	dezembro/2015



**GHISLENI
ADVOGADOS**

Assessoria em licitações e Direito Tributário.
Defesas administrativas e judiciais em autuações
fiscais, planejamento tributário, restituição
administrativa e judicial de tributos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- **Possibilidade de compensação de créditos tributários com débitos parcelados sem garantias é objeto de reconhecimento de repercussão geral no STF (RE 917285).** Se você créditos a compensar e parcelamentos sem garantias que não lhe permitem a compensação, converse com um especialista.

Via www.stf.jus.br



DIREITO TRIBUTÁRIO

- **O Convênio ICMS nº 181 do CONFAZ que prevê a tributação dos software em 5% é inconstitucional.** Caso a sua empresa trabalhe com downloads e esteja enfrentando a tributação nos estados de SC, RS, SP, dentre outros, entre em contato com um profissional para maiores esclarecimentos.

Via *Ghisleni Advogados*



DIREITO TRIBUTÁRIO

- **O cálculo do RAT deve levar em consideração o local de cada estabelecimento. A empresa com mais de um estabelecimento e com mais de uma atividade econômica deverá apurar a atividade preponderante em cada estabelecimento. Esse é o conteúdo da Consulta 180 feita a Receita Federal aplicada a 1ª Região Fiscal.** Precisa planejar mais para pagar menos impostos? Fale com um especialista!

Via *Ghisleni Advogados.*



DIREITO EMPRESARIAL

- **O novo CPC que passará a vigorar nos próximos dias prevê a impossibilidade de desconsiderar a pessoa jurídica para atingir o patrimônio dos sócios se não houver pedido da parte interessada. O Instituto é regulado a partir do art. 133 do novo**

Código. Teve a desconsideração da pessoa jurídica decretada pelo juiz, consulte um especialista.

Via Ghisleni Advogados



DIREITO EMPRESARIAL

→ A partir de 08/01 os atos de inscrição de MEI, constituição de Sociedade Empresária - LTDA e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI somente serão aceitos caso os contratos sejam gerados e impressos a partir do sistema de Requerimento Eletrônico (RE).

